

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GT - REDE DE ÁREAS PROTEGIDAS

Ata da 9ª Reunião Ordinária do GT-Rede de Áreas Protegidas - 14/08/2018- 09:00-13 h.
Instituto de Zootecnia – Nova Odessa/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
Agência de Bacias PCJ	Maria Eugênia Martins Fábio Coca
Fundação Florestal (CT-RN / CT-EA)	Cleide de Oliveira (T)
Fundação José Pedro de Oliveira - FJPO (CT-RN)	Cristiano Krepsky (T)
Fundação SOS Mata Atlântica Restauração Florestal	Roberto Cândido Cicero José A. Homem de Melo Junior
GAEMA Campinas	Flaviana Maluf de Souza (S)
Instituto de Zootecnia (CT-RN)	João José A. de A. Demarchi (T) Renata Helena Branco Arnandes Cristina M. P. Barbosa Flávia Gimenes
Jaguatibaia APA Campinas	José Carlos Perdigão
P.M. de Campinas / Secretaria do Verde (CT-RN)	Sueli Aparecida Thomaziello
PM de Paulínia / SEDDEMA	Ariadiny Monteiro da Silva (T)

Membros Ausentes	
Entidade	Representante
CATI / SAA (CT-Rural e CT-RN)	Denis Harrisson Silva (T) Henrique Bellinaso (S)
CBRN / SMA (CT-RN)	Natália Gomes Fernandes (T)
Cooperativa de HOLAMBRA (CT-Rural)	Petrus Weel (S)
INEVAT (CT-RN)	Cláudia Grabher (T)
Fundação Serra do Japi / Jundiá	Vânia de Fátima P. Nunes(T) Fábio campos Rogério (S)
Fundação Grupo Boticário	Juliane Cruz de Freitas (T) Thiago Piazzetta Valente (S)
Instituto Florestal (CT-EA)	Maria Luisa B. Palmieri (T)
P.M. de Hortolândia (CT-RN)	Paulo J. Mancuso (T)
Sindicato Rural de Rio Claro (CT-Rural)	João Baraldi (T)
SANASA (CT-EA)	Ana Lúcia F. R. Vieira (C)
Voluntária	Eng. Agr. Helena Freire

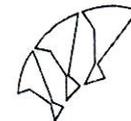
(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. **Abertura da 9ª Reunião Ordinária:** A abertura da reunião foi realizada às 9:40 h pelo coordenador Cristiano Krepsky (FJPO) dando boas vindas e agradecendo a presença de todos; 2. **Secretaria: Informes e aprovação da ata**

anterior: O secretário do GT, João Demarchi (IZ), não enviou ou colocou em discussão as atas atrasadas, ficando a aprovação das mesmas para a próxima reunião. O Secretário pediu desculpas pela necessidade de acompanhar duas reuniões simultâneas, a do GT-RAP e de uma reunião entre a Fundação SOS Mata Atlântica e a diretoria do Instituto de Zootecnia para formalizar termo de cooperação pela restauração florestal de áreas das fazendas do Instituto de Zootecnia em Nova Odessa e em Sertãozinho. **Informes:** (1) A Sra. Célia Surita, especialista Ambiental II da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN - Regional de Campinas (NRPP1) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo, diante de **dúvidas recorrentes sobre CAR, banco de áreas, SARE, e outros assuntos referentes à Lei 12651/2012**, sugere através de e-mail se não seria necessário uma apresentação, por parte da CBRN/SMA, sobre esse tema. E se houver interesse, para outras CTs também. Caso as CTs ou GTs considerem necessário, seria necessário enviar uma solicitação/convite para este Núcleo Regional em nome de nosso diretor Umberto Kubota (umbertok@sp.gov.br). Este assunto deve ser abordado no GT-Mananciais e ou nas CT-Rural e CT-RN; (2) A Sra. Célia também informou por e-mail que no primeiro dia do Encontro Paulista de Biodiversidade (08/08/2018) teve uma palestra intitulada "Saúde Única: avanços desta prática interdisciplinar na prevenção e controle de zoonoses no Brasil", do Adriano Pinter dos Santos, da Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN – Secretaria de Estado da Saúde. "Vou dizer muito resumidamente, mas acho que o assunto, e em especial a palestra dele pode ser muito interessante/informativa para ser apresentada na CT-RN, e demais CTs. Ele mostrou a relação entre a disseminação da febre amarela e a existência dos fragmentos de vegetação conectados e não conectados, e em grandes fragmentos com estradas em seu interior. Onde os fragmentos são pequenos e pulverizados a doença não se alastra, mas prossegue nas bordas dos fragmentos conectados e/ou maiores. No interior dos fragmentos ela não prolifera. Mas se tiver estradas, ela será o caminho para se alastrar. Mostrou tudo com número de casos identificados. Também mostrou a função dos fragmentos e ocorrência de febre maculosa. Mostrou que cães que circulam no interior da mata podem se contaminar e que o número de casos de pessoas contaminadas é maior quanto mais próximos das bordas dos fragmentos estiverem morando"; (3) Por fim, ainda a Sra. Célia, também ainda por e-mail informou sobre a realização do **Encontro de Trabalho com profissionais da área de gestão das unidades de conservação da natureza** no Estado de São Paulo nos dias 20 e 21 de setembro na Fundação

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GT - REDE DE ÁREAS PROTEGIDAS

Ata da 9ª Reunião Ordinária do GT-Rede de Áreas Protegidas - 14/08/2018- 09:00-13 h.
Instituto de Zootecnia – Nova Odessa/SP

Florestal. (4) Há dois novos membros do GT representantes da Fundação Serra do Japi de Jundiá, Vânia de Fátima P. Nunes e Fábio Campos Rogério; 3. **Minuta de Procedimentos para o Programa IV da Política de Mananciais:** Inicialmente foi discutido a obrigatoriedade ou não da elaboração e implantação dos Programas Municipais de Mata Atlântica (PMMA), concluindo-se que não há obrigação legal, mas apenas recomendação, uma possível fusão dos programas III e IV num futuro não muito distante e da necessidade de indicadores e monitoramento para a Política de Mananciais. Os programas I e II são considerados estruturantes, enquanto o III e IV estratégicos dentro da estrutura da política. O programa IV é relativamente simples e objetivo com a elaboração e implantação dos PMMA, entretanto, o Programa III recebeu uma visão ampliada, partindo do princípio que as APRM's são parte integrante do programa, mas não instrumentos exclusivos, passando a ser entendido como um programa para todas as áreas sujeitas à restrição de uso com vistas a proteção dos recursos hídricos. Para o programa IV entende-se que os projetos serão induzidos e não mais demanda espontânea como adotado para os Programas I e II. O projeto LUISA (Levantamento de Unidades de Investimento em Serviços Ambientais), plataforma dos Comitês PCJ deverá também abranger a Rede de Áreas Protegidas prevista para ser criada no Programa III. **Mobilização Inicial -** A Agência das Bacias PCJ solicitará aos municípios integrantes das Bacias PCJ manifestação de interesse em contar com a facilitação para a elaboração de seus Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado; A elaboração dos planos promovida no âmbito da Política dos Mananciais será realizada, preferencialmente, em grupo pelos municípios de forma a favorecer o Planejamento de ações de caráter regional; A elaboração dos Planos será realizada pelos municípios que contarão com apoio de consultoria especializada para as seguintes atividades: Identificação e mobilização de atores (Prefeitura, Conselho Municipal de Meio Ambiente, sociedade civil, etc.) para formação do Grupo de Trabalho do município que irá contribuir na elaboração do PMMA e cerrado; Facilitação nas reuniões com os Grupos de Trabalho, Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente e demais atores interessados para nivelamento do conhecimento sobre o que é o PMMA e cerrado e sobre seu processo de elaboração; Realização de orientação estratégica prévia e apresentação do Programa de Trabalho com definição das responsabilidades e atribuições; Elaboração e sistematização do diagnóstico, bem como sua apresentação aos conselhos municipais; Seleção dos objetivos específicos, definição de áreas e ações prioritárias; Revisão das versões do PMMA e cerrado elaboradas; Apresentação e

discussão dos PMMAs (pelo GTs) junto aos Conselhos Municipais de Defesa do Meio ambiente e demais atores de interesse; Revisão dos PMMAs com as contribuições advindas dos Conselhos, Consulta Pública de Percepção Ambiental e demais atores. Parágrafo único: A elaboração dos Planos deverá contemplar ações de Comunicação e Educação Ambiental que tenham como tema gerador a conservação da Mata Atlântica e Cerrado no território municipal e sua importância para a conservação dos recursos hídricos. **Agrupamento de municípios;** A Agência das Bacias PCJ realizará o agrupamento dos municípios interessados de forma a incentivar o planejamento de ações de caráter regional; As ações de formação, oficinas e reuniões de avaliação serão realizadas envolvendo o conjunto dos municípios da mesma região de forma a promover a troca de experiências e o estabelecimento de parcerias; **Formalização de interesse dos municípios -** Para os municípios que manifestarem interesse, além dos procedimentos descritos no ANEXO III, caberá o cumprimento dos requisitos a seguir; Formalizar interesse por meio de documento que garanta a adesão e comprometimento do município para a elaboração dos Planos. No documento, que devera ser assinado pelo prefeito Municipal, deverão ser indicados os servidores do município responsáveis pela elaboração do Plano. Parágrafo único: Os documentos devidamente preenchidos e assinados deverão ser protocolados juntamente com o "Formulário para apresentação de proposta" ANEXO IV da Política. A Agência das Bacias PCJ realizará o processo licitatório e contratará, conforme disponibilidade orçamentária, a consultoria especializada na facilitação da elaboração dos planos. Em caso de limitações orçamentárias, os municípios não contemplados serão preferencialmente contemplados no exercício seguinte; 4. **III Seminário da Rede de Áreas Protegidas:** acertado o pedido de coffee-break para cem pessoas, o suporte com canetas, pastas e blocos, o mapa em tamanho gigante para inserção das unidades de conservação ainda não identificadas que será utilizada na oficina (parte da tarde). Já há um mais de 40 inscritos no evento; 5. **Elaboração de Materiais educativos sobre as Áreas Protegidas das Bacias PCJ:** item de pauta não discutido pela ausência da Maria Luiza (FF); 6. **Outros assuntos:** A Sra. Flaviana solicitou o envio para o MP dos documentos referentes as tratativas de parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica. Atualizou os presentes sobre o andamento dos inquéritos sobre as UC's do Instituto Florestal e da Fundação Florestal, únicos em andamento até o momento; Discutido com a Sra. Ariadiny (PM de Paulínia) a participação do seu município no Fórum Regional de COMDEMAS, em conjunto com Nova Odessa, Americana,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GT - REDE DE ÁREAS PROTEGIDAS

Ata da 9ª Reunião Ordinária do GT-Rede de Áreas Protegidas - 14/08/2018- 09:00-13 h.
Instituto de Zootecnia – Nova Odessa/SP

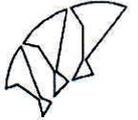
Santa Bárbara D'Oeste e Jaguariúna. Comentado rapidamente sobre os autos de infração da Política Ambiental e o destino desses recursos para unidades de conservação. **Assinatura do termo de Cooperação entre a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto de Zootecnia.** A Fundação SOS Mata Atlântica é uma organização não governamental criada em 1986. Trata-se de uma entidade privada sem fins lucrativos, que tem como missão promover a conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma Mata Atlântica e ecossistemas sob sua influência, estimulando ações para o desenvolvimento sustentável, bem como promover a educação e o conhecimento sobre a Mata Atlântica, mobilizando, capacitando e estimulando o exercício da cidadania socioambiental. A entidade desenvolve projetos de conservação ambiental, produção de dados, mapeamento e monitoramento da cobertura florestal do Bioma, campanhas, estratégias de ação na área de políticas públicas, programas de educação ambiental e restauração florestal, voluntariado, desenvolvimento sustentável e proteção e manejo de ecossistemas. História: Na década de 1980, cientistas, empresários, jornalistas e defensores da questão ambiental se aproximam e lançam as bases para a criação da primeira ONG destinada a defender os últimos remanescentes de Mata Atlântica no país, a Fundação SOS Mata Atlântica. O ideal de conservação ambiental da entidade, criada em 20 de setembro de 1986, associa-se ao objetivo de profissionalizar pessoas e partir para a geração de conhecimento sobre o bioma. A proposta representa também um passo adiante no amadurecimento do movimento ambientalista no país. A história da Fundação SOS Mata Atlântica foi construída através da mobilização permanente e da aposta no conhecimento, na educação, na tecnologia, nas políticas públicas e na articulação em rede para consolidação do movimento socioambiental brasileiro. O Programa Florestas do Futuro reúne a sociedade civil organizada, a iniciativa privada, proprietários de terras e o poder público em um programa participativo de restauração florestal. Reúne a sociedade civil organizada, a iniciativa privada, proprietários de terras e o poder público em um programa participativo de restauração florestal. Através da restauração de áreas degradadas, feito com espécies nativas, preferencialmente em áreas de matas ciliares (matas que crescem ao entorno de cursos d'água), o Florestas do Futuro atua simultaneamente em três frentes distintas, todas de vital importância para a preservação e recuperação do meio ambiente: O sequestro de carbono, a manutenção da biodiversidade e a preservação de nossos recursos hídricos. Seus objetivos são: Promover a recuperação das bacias e sub-bacias hidrográficas, através da recomposição das matas ciliares e das áreas de preservação

permanente, bem como as de reserva legal; Conscientizar os públicos de interesse sobre a importância da conservação das florestas, em especial da Mata Atlântica; Criar um modelo de programa de reflorestamento com espécies nativas, que envolva a iniciativa privada, a sociedade civil e o poder público e possa ser multiplicado; Fortalecer a relação entre água e floresta através de um programa participativo de educação ambiental e cidadania, associado a recomposição das matas ciliares e reserva legal. O projeto visa também apoiar ações socioambientais e capacitação técnica por meio de atividades sustentáveis que auxiliem na conservação da Mata Atlântica. As matas ciliares são toda a vegetação, arbórea ou não no entorno de cursos d'água e lagos e lagoas naturais ou não. Sua função é filtrar todo e qualquer material que seja carregado pelas águas das chuvas, podendo estes serem venenos agrícolas, poluentes e sedimentos que, na ausência da mata ciliar, acabam sendo transportados para os cursos d'água, afetando assim diretamente a quantidade e a qualidade da água e conseqüentemente as formas de vida que façam uso desta, incluindo aí a população humana. Além disso, funcionam como importantes corredores ecológicos, ligando fragmentos florestais e facilitando o deslocamento da fauna e o fluxo genético entre as populações de espécies animais e vegetais. Exercem a proteção do solo contra os processos erosivos. Apesar da reconhecida importância ecológica, ainda mais evidente nesta virada de século e de milênio em que a água vem sendo considerada o recurso natural mais importante para a humanidade, as florestas ciliares continuam sendo eliminadas, cedendo lugar para a especulação imobiliária, para a agricultura e a pecuária e, na maioria dos casos, sendo transformadas apenas em áreas degradadas, sem qualquer tipo de produção. As matas ciliares, em muitos casos, se constituem nos únicos remanescentes florestais das propriedades rurais tornando-se assim essenciais para a conservação da fauna. Estas peculiaridades conferem às matas ciliares um grande aparato de leis, decretos e resoluções visando sua preservação; **8. Encerramento:** O secretário João Demarchi agradeceu a presença de todos, dando em seguida (13h) encerrada a 9ª Reunião Ordinária do GT - Rede de Áreas Protegidas, desejando bom retorno a todos.

Cristiano Krepsky
Coordenador do GT - Áreas Protegidas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GT - REDE DE ÁREAS PROTEGIDAS

Ata da 9ª Reunião Ordinária do GT-Rede de Áreas Protegidas - 14/08/2018- 09:00-13 h.
Instituto de Zootecnia – Nova Odessa/SP

Luiz Sertório Teixeira
Coordenador Adjunto do GT - Áreas Protegidas

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário do GT - Áreas Protegidas